



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DA VITÓRIA

ISABEL JOÃO DE LIMA

**PERFIL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR:
UMA ATUALIZAÇÃO**

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DA VITÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

ISAEL JOÃO DE LIMA

**PERFIL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR:
UMA ATUALIZAÇÃO**

TCC apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico da Vitória, como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Orientador(a): Professor Drº Saulo
Fernandes Melo de Oliveira

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Lima, Isael João de.

Perfil das pessoas com deficiência na educação física escolar: uma atualização
/ Isael João de Lima. - Vitória de Santo Antão, 2024.
38 : il., tab.

Orientador(a): Saulo Fernandes Melo de Oliveira
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória, Educação Física - Licenciatura, 2024.
Inclui referências.

1. pessoas com deficiências. 2. educação física. 3. inclusão escolar. I.
Oliveira, Saulo Fernandes Melo de . (Orientação). II. Título.

370 CDD (22.ed.)

ISABEL JOÃO DE LIMA

**PERFIL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR:
UMA ATUALIZAÇÃO**

TCC apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico da Vitória, como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Aprovado em: 11/07/2024.

BANCA EXAMINADORA

Profº. Dr. Saulo Fernandes Melo de Oliveira (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Profª. Drª. Maria Zélia de Santana (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profª. Drª. Me. Lúcia Inês Guedes Leite de Oliveira (Examinador Externo)
Universidade Estadual de Campinas

Para minha mãe, Josefa, minha esposa,
Joseane meu grande amor, minhas filhas, Maria
Vitória e Maria Valentina, ao meu pai, João
Manoel, que não se faz presente fisicamente,
mas sempre existirá no meu coração.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, por me ouvir e sempre me permitir traçar meus caminhos;

A minha família, em especial a minha esposa Joseane Maria, por suportar essa longa trajetória acadêmica, por todo amor, carinho e compreensão;

Ao meu amigo e orientador, Professor Saulo Fernandes, meu ídolo;

A todos que fazem o Programa de Residência Pedagógica da UFPE/CAV, em especial a minha Docente Orientadora, Professora Magna Sales, foi ela que me fez acreditar novamente na Educação Física;

Ao meu amigo e irmão, Professor Luvanor Santana, uma das minhas inspirações;

Aos professores que contribuíram significativamente para a construção desse trabalho;

A todos que fazem o Centro Acadêmico de Vitória.

A educação existe no imaginário das pessoas, ela está presente onde não há escola e em toda parte onde há trocas de saberes, tudo que se aprende de um modo ou de outro faz parte desse processo, “ninguém escapa da educação (BRANDÃO, 1981, p. 12).

RESUMO

O objetivo desse estudo foi analisar na literatura evidências científicas que nos apresente o perfil das pessoas com deficiência na educação física escolar, mostrando como ocorre a inclusão das PCD's nas aulas de educação física. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo revisão integrativa da literatura, foram realizados levantamentos bibliográficos nas principais bases de dados - Biblioteca Virtual em Saúde (BVS); Literatura Latino Americana em Ciências da Saúde/ Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (LILACS/MEDLINE), PubMed (National Library of Medicine) e Scientific Eletronic, Library Online (SCIELO), simultaneamente com a aplicação do operador booleano “AND” e “OR”, em português e inglês, entre os anos (2013–2023). Após o processo de filtragem e seleção dos artigos para a estruturação da pesquisa, obteve-se um total de 06 artigos. Os estudos mostraram elementos relevantes sobre o perfil das pessoas com deficiência e o processo de inclusão nas aulas de educação física escolar, a inclusão esteve associado a três fatores básicos: adaptação, participação e aprendizagem, tanto a partir da percepção dos alunos, quanto dos professores, no entanto, quando não há adaptação, diálogo e flexibilização curricular, no geral as crianças com deficiência realizam pouca ou nenhuma atividade física. Foi possível verificar que quando o professor cria diferentes estratégias de ensino nas aulas de educação física, as crianças com deficiência tendem a serem mais ativas e participativas, portanto, correndo menor riscos do aparecimento e surgimento de doenças associadas. A inclusão dos alunos com deficiência nas aulas de educação física depende muito da atitude positiva do professor, pois ao realizar atividades embasadas na perspectiva inclusiva ele garante o desenvolvimento integral de todas as crianças, com e sem deficiência.

Palavras-chave: pessoas com deficiências; educação física; inclusão escolar.

ABSTRACT

The objective of this study was to analyze scientific evidence in the literature that presents the profile of people with disabilities in school physical education, showing how the inclusion of PWDs in physical education classes occurs. This is a descriptive study, of the integrative literature review type, bibliographical surveys were carried out in the main databases - Virtual Health Library (VHL); Latin American Literature in Health Sciences/Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (LILACS/MEDLINE), PubMed (National Library of Medicine) and Scientific Electronic, Library Online (SCIELO), simultaneously with the application of the Boolean operator “AND” and “OR”, in Portuguese and English, between the years (2013–2023). After the process of filtering and selecting articles to structure the research, a total of 06 articles were obtained. The studies showed relevant elements about the profile of people with disabilities and the process of inclusion in school physical education classes, inclusion was associated with three basic factors: adaptation, participation, and learning, both from the perception of students and teachers, however, when there is no adaptation, dialogue and curricular flexibility, children with disabilities generally perform little or no physical activity. It was possible to verify that when the teacher creates different teaching strategies in physical education classes, children with disabilities tend to be more active and participatory, therefore, running a lower risk of the appearance and emergence of associated diseases. The inclusion of students with disabilities in physical education classes largely depends on the teacher's positive attitude, as by carrying out activities based on an inclusive perspective, he guarantees the integral development of all children, with and without disabilities.

Keywords: disabled people; physical education; school inclusion.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Processo de filtragem e seleção dos artigos para a estruturação da pesquisa.

25

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- refere-se à distribuição das à distribuição das pessoas com deficiência nas amostras referente aos estudos selecionados para pesquisa. 25

Tabela 2- refere-se à participação das pessoas com deficiência nas aulas de educação física escolar e percepção dos autores em relação à educação física inclusiva. 26

Tabela 3- refere-se à organização da pesquisa de acordo com: autor/ano; tipo de estudo; objetivos e resultados. 26

LISTA DE ABREVIACÕES

PCD's	Pessoas com Deficiência
ONU	Organização das Nações Unidas
CNE	Conselho Nacional de Educação
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PEF	Profissional de Educação Física
APAE	Associação de Pais e Amigos Excepcionais do Brasil
OMS	Organização Mundial de Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
AF	Atividade Física

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 REVISÃO DE LITERATURA	16
2.1 Pessoa com Deficiência: a história do passado e do presente	17
2.2 Acessibilidade.....	21
3 OBJETIVOS	23
3.1 Objetivo Geral.....	23
4 METODOLOGIA.....	24
5 RESULTADOS	25
6 DISCUSSÃO.....	28
7 CONCLUSÃO.....	28
REFERÊNCIAS	33

1 INTRODUÇÃO

A convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada em Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) em 2006, e ratificado pelo Congresso Nacional em 2008, define que pessoas com deficiências são aquelas que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igual condições com as demais pessoas (Vital, 2008; Caiado, 2009). O decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências, onde no Art. 3º inciso I considera-se deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano (Brasil; 1999). Nesse contexto é preciso saber como eles são, para entendê-los melhor, e assim equacionar de forma mais equilibrada as atividades a eles destinadas. O tema que trata a pessoa com deficiência não é algo novo, encontra-se na literatura relatórios desde os tempos mais remotos da civilização, quando soldados gregos veteranos, voltavam em sua maioria com deficiências adquiridas (Castro et al., 2008).

Entre o século XVIII e XIX surgiu no Brasil experiências positivas para contribuir com o avanço do conhecimento sobre os PCD's, alguns exemplos são a criação de instituições de educação de pessoas com deficiências, são elas: O Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854), tendo como percussor, José Álvares de Azevedo, primeiro professor cego, brasileiro que com seu trabalho, dedicação e coragem, proporcionou escolaridade a muitos cegos, tornando-se o patrono da educação de cegos no Brasil, (Trouxe o Braille para o Brasil, inventado por Louis Braille na França); o Instituto Nacional de Educação dos Surdos (1856) e o Asilo dos Inválidos da Pátria. No entanto, só em meados do século XX são criadas as escolas de educação especial no intuito de minimizar a propagação da segregação (Zavareze, 2009). A evolução da educação para as pessoas com deficiências, inicialmente é fruto de grandes esforços que surgiu em 1854 através de movimentos populares, movimentos que coincidem com as mudanças política da época (Brasil, 2015).

Mesmo assim, no Brasil não é presenciável a inclusão de forma holística das PCD's, ainda que tenhamos o surgimento de escolas tidas como regulares/inclusivas, o cenário é atenuamente acentuado, desde o início do século XX até os dias atuais (Carmo, 1994). Entretanto, as PCD's começaram a serem notadas pela sociedade mediante a Declaração de Salamanca (Salamanca, 1994), marco histórico para a humanidade, pois foi o momento em que as PCD's começaram a frequentar o ensino regular. Esse processo de inclusão se consolida a partir da Declaração mundial de Educação para Todos (Carvalho, 1999), onde vários países assinaram o documento atestando o direito a uma educação equânime e de qualidade para todas as pessoas sem nenhuma distinção (Oliveira; Poker, 2002).

Nesse sentido, o ambiente escolar deve estar preparado para atender os alunos com deficiências, não visando apenas minimizar as barreiras arquitetônicas, mas também preparar de forma continuada os docentes, entre eles também, os professores de educação física. Assim, todos estariam mais preparados para atuar na conscientização da comunidade escolar, ajustando o projeto político pedagógico, tornando flexível e acessível, tendo em vista que, a lei 9.394/96 (LDBEN), no seu artigo 59, inciso III garante aos profissionais da educação uma formação permanente para proporcionar a inclusão das PCD's no ensino regular (Lara; Pinto, 2017).

Quando se fala de inclusão escolar, a educação física é a disciplina que mais se sobressai, pois ela busca através da prática corporal trabalhar a integralidade do aluno, de forma prazerosa, integradora e socializadora (Krebs, 2004). Com a prática regular da atividade física na escola, é possível desenvolver aspectos não só motores, mas cognitivo, social, afetivo ou moral (Cidade; Freitas, 2002), essas mesmas ideias foram preconizadas por Johann Heirick Pestalozzi (1746 – 1827), (Alvarenga barbosa, 2001; Garcia, 2002; Maria; Bastos; Pereira, 2003), onde segundo eles o processo educativo deveria englobar as três dimensões humanas, e portanto, desenvolver a formação integral do indivíduo intelecto, físico, afetivo ou moral.

A atividade física regular é importante para qualquer indivíduo, para as pessoas com deficiências não é diferente, mediante o estímulo adequado as PCD,s desenvolvem suas habilidades motoras e cognitivas, no entanto, é imprescindível respeitar seus limites e suas potencialidades dentro da sua singularidade (Cidade; Freitas, 2002). Em todas as atividades deve-se respeitar a individualidade do sujeito,

as dificuldades, limitações das PCD's, assim como citado por (Cidade, Freitas, 2002), o processo de aprendizagem deve acontecer por meio de vivências prazerosas, do simples ao complexo, devendo ser realizada de forma, constante, progressiva e regular (Cidade; Freitas, 2002).

Para proporcionar a inclusão de forma efetiva e integral, e assim equacionar de forma mais equilibrada as atividades a elas destinadas, é preciso saber quem são essas pessoas? onde estão? qual o perfil das pessoas com deficiências? quais são as barreiras que impedem a prática da educação física escolar? Diante desses questionamentos surge a ideia de pesquisar o perfil das pessoas com deficiência na educação física escolar. A pesquisa será de grande valia para a comunidade acadêmica, pois, terá uma gama de informações acerca dos principais facilitadores e dificultadores para a inserção das PCD's nas aulas de educação física escolar.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001, elaborou Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, a fim de atualizar a Lei 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – (LDBEN), essa atualização busca guiar as instituições escolares brasileira na perspectiva da inclusão. O Art.2º e Art.3º deixa bem claro que é preciso reorganizar a escolar, desde a prática pedagógica até o ajuste de condições necessárias de educação para todos. Não basta que a escola receba a matrícula dos alunos com necessidades educacionais específicas, mas sim, colocar em prática um projeto político pedagógico inclusivo, que oriente as atividades escolares revelando a real intenção da escola. As mudanças são inúmeras, dentre elas: acessibilidade de infraestrutura, introdução de recursos e tecnologias assistivas, oferta de apoio profissional, atividades físicas adaptadas as necessidades dos alunos, novas formas de avaliações, currículo adaptado, entre outras coisas (Brasil, 2005).

Deste modo, o componente curricular Educação Física (Brasil, 2020), tem papel crucial no processo de inclusão de crianças com deficiência, pois a prática da atividade física é passível de adaptar-se as diferentes situações e sendo assim, podendo ser praticada por todos. Uma característica ímpar da educação física é a metodologia de ensino, que diferente das outras disciplinas, entende a prática como práxis, o movimento, o experimentalismo, a prática sendo indissociável da teoria, pressupostos defendidos por alguns filósofos do século passado, como John Dewey (1859-1952), que também acreditava que a criança deveria ter experiência práticas, ser protagonista, aprender fazendo. Essas atividades práticas que saem da rotina de estar sentado dentro da sala aula, deixa o processo ensino aprendizagem mais prazeroso e atrativo para a criança, ideia defendida também por Pestalozzi (1746 – 1827), que acreditava que o processo educativo deveria englobar três dimensões humanas: intelecto, físico, afetivo ou moral. Claro, sem falar da ludicidade, como ponto forte nesse processo de desenvolvimento humano, através da aprendizagem de forma lúdica é possível melhorar a qualidade de vida, e proporcionar novas experiências motoras, crucial para um desenvolvimento integral da criança, afinal a criança aprende brincando (Nacif et al., 2016).

O professor de educação física precisa ressignificar sempre sua prática pedagógica, elaborar situações em que o aluno com deficiência se sinta o

protagonista e importante, capaz de fazer a atividade prática e realizado por ter cumprido o objetivo da aula, respeitando o ritmo de cada aluno.

Quanto à educação a Constituição Federal do Brasil é muito clara no seu Título VIII, art. 208, alínea IV, § 1º que destaca que:

o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino, da mesma forma que aponta o ensino obrigatório e gratuito como direito público e subjetivo (Brasil, 1988).

O conhecimento das leis que combatem atos discriminatórios e garante a inclusão tem se tornado cada vez mais presente nas práticas dos PEF. O capacitismo ¹ é uma forma de discriminação que se baseia em um conjunto de teorias e crenças que estabelece uma hierarquia entre corpos considerados normais e os anormais. Desta forma, cabe a nós PEF preparar um programa diversificado de atividades que junte, inclua e que esteja atrelado aos interesses da criança, respeitando as capacidades e limitações dos alunos com e sem deficiência, só assim, daremos condições para o desenvolvimento integral da criança.

2.1 Pessoa com Deficiência: a história do passado e do presente

Os problemas sociais que envolvem as pessoas com deficiências (PCD's) acompanham os homens desde os tempos mais remotos da civilização, por exemplo: para os povos Maias a deficiência era um castigo de Deus, portanto, não eram dignos de viver, além do mais, essas pessoas eram completamente excluídas da sociedade, e obviamente não tinham acesso aos serviços básicos, cruciais para sobrevivência (Silva, 1987). Já os povos Astecas eram politeístas, ou seja, acreditavam em vários deuses, costumavam fazer sacrifícios, pois eles acreditavam que o sangue humano não deixaria a terra parar, no entanto, o objetivo dessas oferendas eram cultuar os deuses, as pessoas com deficiências não podiam ser

¹ Capacitismo: ato de discriminação, preconceito ou opressão contra pessoa com deficiência. É barreira atitudinal. Em geral, ocorre quando alguém considera uma pessoa incapaz, por conta de diferenças e impedimentos corporais. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dosdeputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/o-programa/glossario.html>. Acesso em: 12 jul. 2024.

oferecidas, pois, pessoas com anomalia não eram dignas de oferendas, entretanto, as PCD's eram guardadas em locais parecidos como zoológicos para serem ridicularizados (Direitos humanos–regional, 1997). Para os povos Incas, as PCD's estavam endemoniadas, e a forma de libertar os espíritos maus eram através de uma técnica chamada trepanação craniana, por acreditarem que os demônios estavam nas cabeças das PCD's. A trepanação craniana consistia em fazer uma perfuração regular no osso craniano com um trépano, e assim o mau espírito saia (Silva, 1987).

Nas culturas primitivas as PCD's eram abandonadas em ambientes agrestes e perigosos, e a morte se dava por inanição (extrema debilidade), ou por ataques de animais ferozes. Esses povos sobreviviam basicamente da caça e da pesca. Seu estilo de vida nômade não somente dificultava a aceitação e manutenção dessas pessoas, consideradas dependentes, como também colocava em risco todo o grupo, face aos perigos da época (Carmo, 1994; Silva, 1987). Entre os hebreus, toda doença crônica, deficiência ou deformação, simbolizava impureza e pecado, as PCD's não tinham outra escolha a não ser esmolar para sobreviver, sendo apenas tolerados pela sociedade (Carmo, 1994; Silva, 1987). No cristianismo as causas das deficiências estavam atreladas a possessão de maus espíritos, castigos pelos seus pecados ou de ancestrais, passagens bíblicas mostram PCD's sendo curadas por Jesus, mais de quarenta milagres, dentre eles 21 estão relacionadas a PCD's.

Por toda a idade média as pessoas acreditavam que os indivíduos que tivessem qualquer deformação física, tinham poderes especiais, vindo de demônios, bruxas e até mesmo duendes malignos, as pinturas da época faziam essa correlação de deformidades com o satânico, como a igreja atribuía as causas das deficiências ao sobrenatural, essas pessoas eram presas em orfanatos, manicômios e prisões e outros tipos de instituições estatais, a fim de afastá-las da sociedade (Carmo, 1994; Silva, 1987). Concomitantemente começaram a surgir experiências positivas no que se refere a inclusão das pessoas com deficiências na sociedade, são elas: Frade Ponce de León (1509 – 1584) educou 12 crianças surdas com surpreendente êxito, e escreveu o livro *Doctrina para los mudos-sordo* e criou o método oral; Juan Pablo Bonet (1579 – 1633) publicou *Reducción de las letrasy arte de enseñar a hablar a los mudos*; Charles Michel de l'Épée (1712 – 1789) criou a primeira escola para surdos que, posteriormente, converteu-se no Instituto Nacional Sordo-mudos; Valentín Haüy (1806-1852) criou em Paris um Instituto para Crianças

Cegas; Louis Braille (1806-1852) é ex-aluno de Valentin Haiiy e criador do Sistema Braille (Carmo, 1994; Silva, 1987).

Durante o renascimento (séc. XIV-XVII), a sociedade conseguiu avançar rumo à superação dessa fase obscura da história da humanidade. Houve grandes avanços em especial no campo da reabilitação, por influência também de grandes pessoas importantes da época que eram deficientes, temos com exemplo: Luís de Camões (poeta português), Galileu Galilei (matemático, astrônomo, inventor do telescópio), Ludwig Von Kepler (maior gênio da música erudita), Antônio Francisco Lisboa (escultor brasileiro), (Carmo, 1994; Silva, 1987).

No período colonial e imperial, dificilmente era encontrados PCD's entre os indígenas nos primórdios da civilização. As anomalias existentes eram oriundas de lutas, acidentes na mata e pela carência alimentar. Já as anomalias congênitas as crianças eram sacrificadas logo após o nascimento, para os povos indígenas um gesto de amor e proteção (Silva, 1987; Castro Santos Filho, 1977; Silva; Júnior, 2008; Southey, 1862).

Já o século XX é marcado pela a criação de algumas instituições civis sem fins lucrativos e econômicos, dentre elas: a associação Pestalozzi (Niterói/RJ-1948) e a associação de pais e amigos excepcionais do Brasil – APAE – (Guanabara/RJ-1954), ambas com um objetivo comum, defender e garantir a dignidade e os direitos do ser humano, além de promover valores sociais, éticos e morais, a fim de assegurar a equidade, igualdade e liberdade das PCD's, atuando através de uma rede de apoio, nas áreas da assistência social, educação, saúde, trabalho, cultura, esporte, lazer, entre outros, visando a inclusão de forma integral das PCD's na sociedade (BRAZ et al., 2011). Após a criação dessas instituições as mesas da câmara dos deputados e do senado federal, nos termos do artigo 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional Nº 12, de 17 de outubro de 1978:

Artigo único - É assegurado aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica especialmente mediante: I - educação especial e gratuita; II - assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social do país; III - proibição de discriminação, inclusive quanto à admissão ao trabalho ou ao serviço público e a salários; IV - possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos (Silva; Júnior, 2008).

Ainda no século XX cria-se um documento visando a construção de regras e padrões sobre a equalização de oportunidades para as PCD's: a Declaração de (Salamanca, 1994) tendo como objetivo principal, propor a inclusão social, afirmando a necessidade de todos se comprometerem com a eliminação das barreiras que vêm excluindo uma parcela considerável da população mundial, dentre a qual se encontram as pessoas com deficiência física, sensorial e intelectual (Salamanca, 1994).

Nós, os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembleia aqui em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e reendossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados (Salamanca, 1994).

A entrada no século XXI traz dados importantíssimos no que se refere as características gerais das PCD's no mundo e no Brasil. De acordo com a (OMS, 2014) um bilhão de pessoas em todo mundo apresenta algum tipo de deficiência. Sete anos depois um estudo publicado na revista The Lancet (2021) mostra uma prevalência de aproximadamente 1,5 bilhão de pessoas em todo o mundo vivem pelo menos com um tipo de deficiência. Já no Brasil a prevalência é de 45,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, equivalente a 23,9% da população (IBGE, 2010). Desses, 35 milhões são deficientes visuais, 13 milhões deficientes físicos, 10 milhões deficientes auditivos e 2,5 milhões são deficientes intelectuais (IBGE, 2010). Em 2010, 8,3% da população brasileira apresentava pelo menos um tipo de deficiência severa, sendo: 3,46% com deficiência visual severa, 1,12% com deficiência auditiva severa, 2,33% com deficiência motora severa e 1,40% com deficiência intelectual severa, das 45.606.048 de pessoas com deficiência 1,6% são totalmente cegas, 7,6% totalmente surdas, 1,62% não conseguem se locomover (IBGE, 2010). Ainda segundo o (IBGE, 2010), o percentual de pessoas com pelo menos uma deficiência varia por grupo de idade: De 0 a 14 anos (7,53%), 15 a 64 anos (24,94%), 65 anos ou mais (67,73%).

Esses dados não mostram apenas a prevalência ou incidência das PCD's, mas, a partir dessas referências sabermos quem são, para entendê-los melhor, e assim dar visibilidade a essas pessoas, garantindo a participação plena e efetiva na sociedade em igual condições com as demais pessoas, e isso só é possível mediante a criação de instrumentos legais que assegure os direitos da PCD's. A maior proteção para todas as pessoas, inclusive as PCD's estar na Constituição Federal Brasileira de 1988, onde no seu Art. 5º estabelece que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros (...) a inviolabilidade de seu direito à vida, à igualdade, à segurança (...) [e] punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais (Brasil, 1988).

2.2 Acessibilidade

De acordo com (Guerreiro, 2012; Martins et al., 2015) entende-se por acessibilidade a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos. O que é corroborado pela Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000 no seu inciso I do Art. 2º (Brasil, 2000). O objetivo da lei é claro, estabelecer normas gerais e critérios básicos de promoção da acessibilidade para as PCD's. O artigo 12 da Lei 10.098/2000 e da Lei 10.172/2001, diz que:

Os sistemas de ensino devem assegurar a acessibilidade aos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliário – e nos transportes escolares, bem como de barreiras nas comunicações, provendo as escolas dos recursos humanos e materiais necessários (Sousa, 2018).

O parágrafo 2º desta referida Lei determina que:

Deve ser assegurada, no processo educativo de alunos que apresentam dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais educandos, a acessibilidade aos conteúdos curriculares, mediante a utilização de linguagens e códigos aplicáveis, como o sistema Braille e a língua de sinais (Sousa, 2018).

O decreto 5.296 de 2 de dezembro de 2004 (Brasil, 2004), regulamenta as leis nº 10.048 e 10.098/2000, aonde estabeleceram normas de acessibilidade para

assegurar a integração social, o respeito à dignidade humana e a justiça social, no intuito de possibilitar às pessoas com limitações físicas acesso à educação, saúde, trabalho, lazer, dentre outros.

Para (Duarte; Cohen, 2003; Guerreiro, 2012), quando os espaços não são vivenciados representam uma das piores barreiras, a do relacionamento, que segundo eles pode ser pior que as barreiras arquitetônicas. Dessa forma os espaços acadêmicos deveriam ser inclusivos, no sentido de serem entendidos e usufruídos por todos, sendo de responsabilidade de todos que fazem a direção institucional, cabendo a ela criar e disponibilizar soluções técnicas para alcançar os objetivos propostos. A consideração desses objetivos não devem ser visto por um viés de solidariedade, mas por uma concepção de sociedade, na qual é entendido que todos, sem distinção, devem ocupar e participar com direito e igualdade (Duarte; Cohen, 2003).

O experimentalismo ² proporciona as PCD, por exemplo, estímulos cognitivos, físicos e sociais (Santos, 1999). Segundo Duarte; Cohen, (2003) esses locais inclusivos, são ambientes que permitem que todos, sem exceção, deficientes ou não, experienciem com segurança, autonomia e liberdade, estabelecendo uma conexão prazerosa e harmoniosa entre os sujeitos e o mundo exterior.

Um dos primeiros requisitos para a universalização do ensino é a acessibilidade, quando ela é negada, não se pode garantir educação para todos (Aranha, 2004). Nesse sentido, a inclusão social é facilitada ou prejudicada pela a efetividade de ações de acessibilidade, pois o meio pode promover ou agravar as condições de desvantagens vivenciadas pelas PCD (Corrêa; Manzini, 2011). Vale ressaltar que as barreiras arquitetônicas devem ser refletidas para além de um conjunto de rampas e dimensões, devem ser entendidas como uma filosofia de acolhimento, conforto e facilidade, afim de não só garantir a inclusão, mas de minimizar o preconceito cultural enraizado no nosso país (Rodrigues, 2004).

² Experimentalismo é a atitude de explorar novos conceitos e representações de mundo, rompendo com as convenções estabelecidas na tradição artística e literária. O movimento do homem se desenvolve em presença do olhar de outrem e assume dessa forma uma relação de significante e significado, em outras palavras, ele apenas existe continuado por um outro 'ser expressivo' que o acolhe e o interpreta Boulch (1988).

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Analisar na literatura estudos que nos apresente o perfil das pessoas com deficiência na educação física escolar, mostrando como está ocorrendo a inclusão das PCD nas aulas de educação física.

4 METODOLOGIA

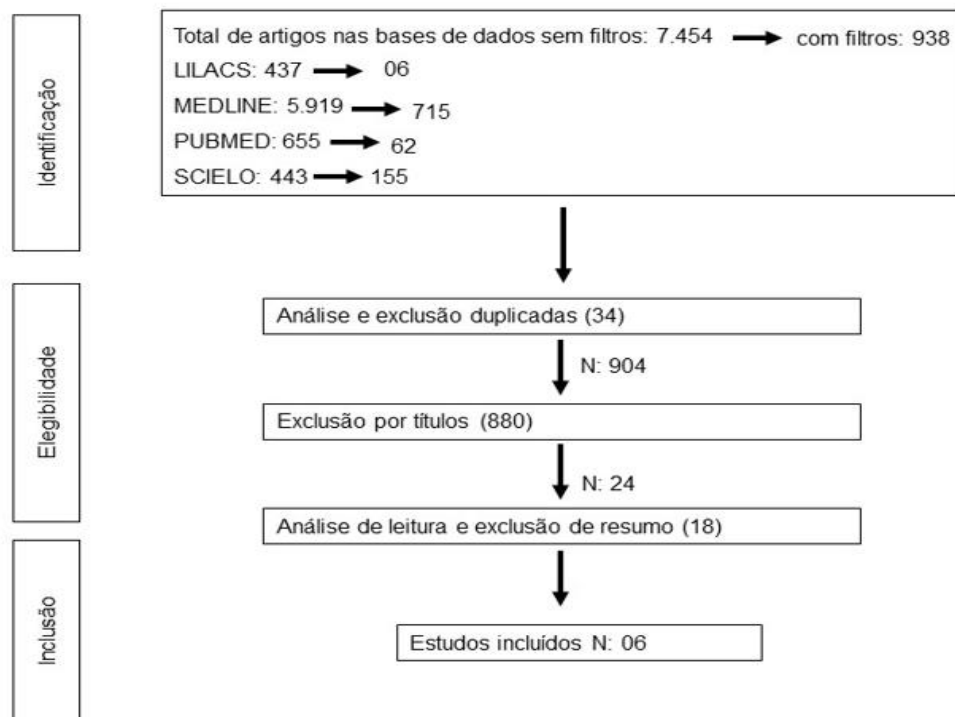
O presente estudo trata-se de uma revisão integrativa. Conforme (Mendes; Silveira; Galvão, 2008) a revisão integrativa facilita o acesso às produções científicas acerca de determinado problema de pesquisa. Tem objetivo de ampliar o olhar crítico sobre o tema proposto. A questão de pesquisa foi construída baseada no seguinte questionamento: Como se apresenta na literatura o perfil das pessoas com deficiência na educação física escolar? Para elaboração do presente estudo foram utilizados como critérios de inclusão, artigos que atendem aos seguintes critérios: (1) artigos com relação direta com os descritores e com informações relevantes acerca do tema, (2) publicados em língua portuguesa e/ou inglês e relacionado com o tema, (3) artigos com disponibilidade na íntegra, (4) publicação entre 2013 e 2023, (5) abordar sobre o perfil das pessoas com deficiência na educação física escolar. Foram excluídos artigos que não possuíam título ou resumo alinhados com o tema abordado, artigos que não respondem aos objetivos do presente estudo. A estratégia de busca nas bases de dados engloba estudos publicados nos últimos 10 anos (2013–2023), em idiomas: Português e Inglês. Foram realizados levantamentos bibliográficos nas principais bases de dados; Biblioteca Virtual em Saúde (BVS): Literatura Latino Americana em Ciências da Saúde/ Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (LILACS/MEDLINE), PubMed (National Library of Medicine) e Scientific Electronic, Library Online (SCIELO), simultaneamente com a aplicação do operador booleano “AND” e “OR”, em português e inglês, onde todas as informações utilizadas foram extraídas exclusivamente dos estudos analisados. Foram utilizados os seguintes termos de acordo com os descritores de ciências e saúde (DesCs) na língua portuguesa e inglesa, que continha como título: “pessoa com deficiência” AND “educação física” AND “inclusão escolar”. Aplicando a forma booleana “AND” e “OR”, para a combinação dos termos citados.

A seleção dos estudos foi realizada, então, em seis etapas. Sendo estas: 1ª etapa – busca das publicações de acordo com os termos/descriptores; 2ª etapa – processo de filtragem de textos completos entre o ano de 2013-2023; 3ª etapa – seleção do idioma em português e inglês; 4ª etapa – leitura dos títulos e resumos para exclusão dos artigos que não se encaixaram com o objetivo do estudo; 5ª etapa – leitura na íntegra; 6ª etapa – artigos selecionados. As buscas nas bases de dados ocorreram em junho de 2023.

5 RESULTADOS

Foram incluídos 06 estudos nesta revisão integrativa da literatura. Nas bases de dados com filtro foram encontrados 938 artigos, destes foram excluídos 932 por não atenderem os critérios de inclusão da pesquisa. Sendo estes: artigos com relação direta com os descritores e com informações relevantes acerca do tema, publicados em língua portuguesa e/ou inglês e relacionado com o tema, artigos com disponibilidade na íntegra, publicação entre 2013 e 2023, abordar sobre o perfil das pessoas com deficiência na educação física escolar Figura 1.

Figura 1 - Processo de filtragem e seleção dos artigos para a estruturação da pesquisa.



Fonte: O autor (2024).

Nota: Figura elaborada pelo autor com base nos resultados obtidos na pesquisa.

Na tabela 1, é possível verificar o tipo de deficiência das amostras dos estudos selecionados para esta pesquisa. Pode-se perceber uma prevalência da deficiência visual (20%), seguidas das demais deficiências, física, auditiva e intelectual (10%).

Tabela 1 - refere-se à distribuição das à distribuição das pessoas com deficiência nas amostras referente aos estudos selecionados para pesquisa.

TIPO DE DEFICIÊNCIA	ABSOLUTO	%
Visual	2	20%
Física	1	10%
Auditiva	1	10%
Física, intelectual	1	10%
Física e visual	1	10%
TOTAL	06	60%

Fonte: O autor (2024).
Nota: Tabela elaborada pelo autor com base nos resultados obtidos na pesquisa.

Em relação a participação, a tabela 2, detalha qualitativamente a participação das pessoas com deficiência nas aulas de educação física.

Tabela 2- refere-se à participação das pessoas com deficiência nas aulas de educação física escolar e percepção dos autores em relação à educação física inclusiva.

TIPO DE DEFICIÊNCIA	PARTICIPAÇÃO	PERCEPÇÃO
Visual	Pouca ou nenhuma	Ausência de adaptações curriculares, falta de preparação do professor
Física	Não	Competência e autoeficácia
Auditiva	Sim	Adaptações, instruir a atividade, comunicar com o aluno e utilizar o colega tutor
Física, intelectual	Pouco	Pouco estímulo e visão negativa quanto aos processos de inclusão
Física e visual	Sim	Adaptação, participação social e capacidade.

Fonte: O autor (2024).
Nota: Tabela elaborada pelo autor com base nos resultados obtidos na pesquisa.

A tabela 03 refere-se à organização da pesquisa de acordo com os autores e anos de publicação, esta distribuição acontece da seguinte forma: autor/ano; tipo de estudo; objetivo de cada estudo e os resultados que foram encontrados para a elaboração deste estudo.

Tabela - 3 refere-se à organização da pesquisa de acordo com: autor/ano; tipo de estudo; objetivos e resultados

AUTOR/ ANO	TIPO DE ESTUDO	OBJETIVO	RESULTADOS
---------------	----------------	----------	------------

Alves, Duarte, 2014.	Trata-se de um estudo de caso qualitativo, design exploratório, descritivo e analítico.	Investigar a inclusão a partir da perspectiva do aluno com deficiência dentro do contexto das aulas de educação física escolar.	A inclusão no contexto das aulas de educação física esteve vinculada a três fatores: adaptação, participação social e capacidade.
Silva, Souto, 2015.	Este estudo caracterizou-se como uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa.	Analisar a trajetória da participação de pessoas com deficiência visual nas aulas de Educação Física, ao longo de seu processo de formação.	Os resultados da pesquisa mostraram que 90% dos participantes não executaram aulas de Educação Física nas escolas da rede regular de ensino.
Marques, et al 2015.	Trata-se de um estudo de prevalência ou transversal.	Identificar correlatos psicossociais da atividade física entre crianças e adolescentes com espinha bífida.	Apenas 38,7% relataram participar de atividades físicas organizadas e não organizadas.
Li, et al 2017.	Trata-se de estudo transversal/prevalência.	Avaliar a atividade física (AF) de crianças com deficiência física (PD) em ambientes escolares e domésticos e examinar simultaneamente características contextuais selecionadas em relação à AF nesses ambientes.	No geral, as crianças realizaram pouca AFMV tanto na escola (apenas cerca de 11% do tempo nos quatro ambientes escolares) quanto em casa (apenas 7,4% do tempo observado).
Costa, Munster, 2017.	Sob a perspectiva qualitativa, trata-se de um estudo de campo desenvolvido em três escolas da rede regular de ensino em município localizado no interior do estado de São Paulo.	Analisar e descrever as adaptações nos elementos base do currículo comum, empregadas por professores de Educação Física, voltadas à participação de estudantes com deficiência visual.	Os resultados evidenciaram a escassez e até mesmo a inexistência de adaptações curriculares voltadas às necessidades dos estudantes com deficiência visual nas aulas de Educação Física.
Fiorini, Manzini, 2018.	Trata-se de um relato de pesquisa descritivo, observacional e transversal.	Analisar as estratégias de sucesso utilizadas por professores de Educação Física para promover a participação de alunos com deficiência auditiva nas mesmas atividades que os demais alunos da turma.	No geral foram necessárias estratégias direcionadas a diferentes aspectos de uma mesma aula. As estratégias de sucesso foram ações que tinham uma finalidade voltada ao ensino, atingiram a funcionalidade do aluno e respeitaram as características, as necessidades e as potencialidades desse aluno.

Fonte: O autor (2024).

Nota: Tabela elaborada pelo autor com base nos resultados obtidos na pesquisa.

6 DISCUSSÃO

De acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 45,6 milhões de pessoas apresentam algum tipo de deficiência, equivalente a 23,9% da população (IBGE, 2010). Desses, 35 milhões são deficientes visuais, 13 milhões deficientes físicos, 10 milhões deficientes auditivos e 2,5 milhões são deficientes intelectuais (IBGE, 2010). Esses dados corroboram com nosso estudo, pois de acordo com os tipos de deficiência encontrada nesta pesquisa, nota-se uma prevalência da deficiência visual (20%), seguidas das demais deficiências, física, auditiva e intelectual (10%). Quanto a participação nas aulas de educação física os dados mostram que no geral as crianças realizam pouca ou nenhuma atividade física. Esses dados corroboram com o estudo de (Ginis et al., 2021) que ao realizar um estudo epidemiológico da atividade física para as pessoas com deficiência em todo o mundo, identificaram que as pessoas com deficiência são 16 a 62% menos propensas a atender as diretrizes de atividade física, 150 minutos de atividade física por semana, (Silva et al., 2021), correndo maior risco de problemas de saúde relacionados a inatividade física, tais como: doenças cardiovasculares, hipocinéticas, cardiometabólicas e mentais (Ginis et al., 2021).

Os resultados analisados abordam elementos relevantes sobre o processo de inclusão das pessoas com deficiência na educação física escolar. Como foi visto no estudo de (Alves; Duarte, 2014) ao investir o processo de inclusão a partir da perspectiva do aluno com deficiência dentro do contexto da educação física escolar, os dados mostram que a inclusão esteve associado a três fatores: adaptação, participação social e capacidade de realizar as atividades. Pesquisas anteriores têm mostrado a importância das interações sociais para a inclusão nas aulas de educação física (Goodwin; Watkinson, 2000; Hutzler et al., 2002; Place; Hodge, 2001; Spencer; Watkinson, 2010). O entendimento do processo de inclusão a partir da percepção do aluno permitiu ao professor compreender melhor as necessidades de seus alunos, assim como ampliar o senso de participação social e pertencimento do grupo, compreendidos como elemento indissociável nesse processo de inclusão (James et al., 2011).

A inclusão dos alunos com deficiências, vem sendo concretizada mediante as atitudes positivas dos professores, tais como: tutoria de pares/aluno apoiador, onde o aluno com deficiência é auxiliado por aluno sem deficiência, além de ser uma

estratégia eficaz, promove a interação entre os estudantes, o que é de suma importância para o desenvolvimento social e afetivo (Mauerberg; Figueiredo; Campbell, 2020; Mauerberg et al., 2013; Qi; Ha; Education, 2012). Observa-se que a ação do professor é determinante para o processo de inclusão dos alunos com deficiência, no entanto, alguns fatores podem dificultar o acesso a participação e interação, são eles: falta de adaptação de espaço, material e experiência profissional deficitária (Alves; Fiorini, 2018; Alves., et al 2017). Contudo, o processo de inclusão pode ser concretizado mediante esforços de toda comunidade escolar, do suporte recebido durante as aulas de educação física, da interação aluno-aluno/aluno-professor, crucial para o desenvolvimento pleno dos estudantes com e sem deficiência.

Nesse sentido, nota-se uma dificuldade em adaptar a pessoa ao ambiente, é a partir desses impasses, que surge um movimento favorável a inclusão, propondo justamente uma adequação da sociedade para todos. Mediante essas discussões no cenário educacional, foi elaborada na Espanha a Declaração de Salamanca, em 1994, sugerindo uma educação inclusiva, onde a escola recebe e proporcione alta qualidade de ensino a todas as crianças independentes das dificuldades, atribuindo a própria escola, em adaptar sua estrutura física, material, humana e pedagógica, essa sugestão foi considerada no cenário brasileiro por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), (Brasil, 2001; Salamanca, 1994).

Essa ambiguidade em ser um facilitador ou um dificultador, está intimamente relacionada as abordagens metodológicas de ensino. Desta forma, é importante que os professores de educação física tenham um olhar sensível para diversas propostas metodológicas para a formação integral do indivíduo, que o processo educativo não se limite a uma ou outra metodologia, mas que haja um diálogo com todas as possibilidades metodológicas (Pestalozzi 1746-1827). Dentre as abordagens que trabalha a integralidade do sujeito podemos destacar as seguintes: desenvolvimentista, crítico superadora, crítico emancipatória e a cultural (Coletivos de autores, 1992; Silva; Júnior; Araújo, 2008; Daolio, 1996). Por outro lado, as mudanças de uma prática excludente para uma inclusiva parecem ainda estar em construção. Segundo (Prestes, 2013), o modelo de ensino e a própria infraestrutura educacional, atualmente oferecidos ainda necessita de uma reorganização, tendo em vista que, não se tem mostrado acessíveis nem adaptados a essa novo contexto inclusivo. De acordo com (Cunha; Silva, 2013) e confirmado por (Fiorini; Manzini,

2014), isso pode ser justificado pelo fato de que os professores tem dificuldades de planejar conteúdos adaptados, implementando práticas fundamentadas na improvisação. Tais entendimento é confirmado pelo estudo de (Junior, 2012), onde nas falas dos professores há um sentimento de impotência, insegurança e desconforto para atuar com a população com deficiência.

Vale ressaltar que quando se fala de adaptação, refere-se à adequação do contexto, estrutura física, material, métodos de ensino, conteúdo e objetivos das aulas de educação físicas para atender as necessidades dos alunos com deficiência, e isso pressupõe formação profissional de qualidade, não apenas para os professores de educação física, mas para todos os atores da escola, nesse sentido, quando há ausência de adaptações, ocorrem pouca ou nenhuma participação de pessoas com deficiência nas aulas de educação física, acarretando em problemas associados como por exemplo a inatividade física (Block; Obrusnikova, 2007; Leonardo; Bray; Rossato, 2009; Lieberman; Houston-wilson; Kozub, 2002). Corroborando com essas informações, o estudo de (Silva; Souto, 2015), mostraram que 90% dos participantes com deficiência não executaram aulas de educação física nas escolas de rede regular de ensino. Já o estudo de (Marques et al., 2015), realizado com crianças e adolescentes com faixa etária entre 10 a 17 anos, identificaram que apenas 38,7% de um total de 31 alunos participavam de atividades físicas organizadas e não organizadas. O estudo de (Li et al., 2017), ao avaliar o nível de atividade física de crianças com deficiência intelectual e física em ambiente escolar e em casa, encontraram resultados semelhantes aos estudos anteriormente citados, no geral as crianças realizavam pouca atividade física tanto na escola (apenas 11% do tempo), quanto em casa (apenas 7,4% do tempo), esse fato está relacionado a falta de estímulo tanto dos professores, quanto dos pais em mostrarem a importância da atividade física para esta população.

Por outro lado, quando o professor de educação física usa diferentes estratégias de ensino, ele cria condições de acesso, participação e aprendizagem para todos, princípios preconizados pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da educação Inclusiva (Brasil; 2008). O estudo de (Fiorini; Manzini, 2018), aplicaram diferentes estratégias de ensino nas aulas de educação física para alunos com deficiência auditiva do ensino fundamental anos iniciais em uma cidade no interior de São Paulo. Foram identificadas cinco estratégias de sucesso são elas: 1) estratégia prévia; 2) colega tutor; 3) o ensino da atividade; 4) resposta ou da ação

do aluno; 5) comunicação. As estratégias de sucesso foram ações que tinham uma finalidade voltada ao ensino, funcionalidade do aluno, respeitando suas características, necessidade e potencialidade do aluno, essas estratégias foram recomendadas por vários outros estudos (Lieberman; Cowart, 1996; Lieberman; Houston-wilson, 2009; Munster, 2011; Schultz; et al., 2013; Winnick, 2004).

Adaptar visa proporcionar a equiparação de oportunidades de acesso dos estudantes com deficiência, afim de desenvolver um melhor aproveitamento em seu processo educacional. Nesse sentido, tais adaptações podem ser definidas como toda e qualquer ação que tenha a intenção de flexibilizar o currículo para atender as necessidades dos alunos com deficiência (Sebastian, 2010). Diferentemente dos estudos anteriores que mostra que a inclusão dos alunos com deficiência vem sendo efetivada de forma processual e dialógica (Alves; Duarte, 2014; Fiorini; Manzini, 2018; Wolski; Vargas; Lopes, 2021), o estudo de (Costa; Munster, 2017), analisou a flexibilização curricular em três escolas regular de ensino localizadas no interior de São Paulo, os resultados evidenciam uma escassez e até mesmo a inexistência de adaptações curriculares voltadas as necessidades dos estudantes. O trabalho de (Garozzi; Chicon, 2021) ao analisar o estado da arte nos estudos que abordam educação física e inclusão, explica que essa barreira metodológica está ligado a um sentimento de pessimismo em relação ao processo de inclusão, a ausência de ouvir os próprios alunos com deficiência sobre seu processo inclusivo e por fim, falta de pensamento de um ambiente socioeducacional que seja diverso e acolhedor.

7 CONCLUSÃO

Verificou-se nesse estudo que o processo de inclusão nas aulas de educação física, vem sendo implantada de forma processual, alternando com pontos facilitadores: adaptação, participação social e capacidade de realizar as atividades, e pontos dificultadores: falta de preparação do professor, falta de diálogo, falta de reflexão a respeito da educação inclusiva e inexistência de adaptação curriculares.

Nesse sentido, quando o professor não cria diferentes estratégias no ensino nas aulas de educação física para as pessoas com deficiência, as crianças com deficiência tendem a serem menos ativas, correndo maior riscos do surgimento de doenças associadas.

Posto isso, essas considerações sobre o processo de inclusão das pessoas com deficiência na educação física escolar, nos levam a atentar o quão determinante e fundamental é o papel do professor na garantia do acesso, participação e aprendizado, princípios preconizados pela Constituição Federal de 1988, educação é um direito de todos e dever do estado e da família, pela Declaração de Salamanca e pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Luiza Tanure; DUARTE, Edison. A percepção dos alunos com deficiência sobre a sua inclusão nas aulas de Educação Física escolar: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**. São Paulo: v. 28, n. 2, p. 329-338, 2014.
- ALVES, Maria Luiza Tanure; FIORINI, Maria Luiza Salzani. Como promover a inclusão nas aulas de educação Física? A adaptação como caminho. **Revista da associação brasileira de atividade motora adaptada**. São Paulo: v. 19, n. 1, p. 3-16, 2018.
- TANURE ALVES, Maria Luiza et al. Physical education classes and inclusion of children with disability: brazilian teachers'perspectives. **Movimento**. Porto Alegre: v. 23, n. 4, p. 1229-1244, 2017.
- MASCARENHAS, Fernando. BARBOSA, Cláudio L. de Alvarenga. Educação física escolar. Da alienação à libertação. Petrópolis: Vozes, 1997. 150 páginas. **Pensar a Prática**, v. 2, p. 199-207, 1999.
- MARTINS ALMEIDA, Kênea et al. O espaço físico como barreira à inclusão escolar. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**. São Paulo: v. 23, n. 1, p. 75-84, 2015.
- ARANHA, Maria Salete Fábio. Educação inclusiva: a fundamentação filosófica. **Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial**, v. 1, 2004.
- CARVALHO, D. L. et al. Metodologia do ensino de educação física. São Paulo: Cortez, 1992.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC): educação é a base**. Brasília, DF: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. Acesso em: 24 mar. 2023.
- BRASIL. Decreto Nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 02 maio. 2023.
- BRASIL. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Casa Civil, 2015.
- BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Senado Federal, Gabinete do Senador José Jorge, 2001.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília: **Diário Oficial da União**, v. 137, n. 243, p. 10-15, 1999.

BRASIL, A.; BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: **Diário Oficial da União**, p. 2-2, 2000.

BRASIL. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. **Revista Inclusão**. Brasília: v. 4, n. 1, p. 7-17, jan./jun. 2008.

BRASIL. DOS DEPUTADOS, Câmara. DECRETO Nº 5.296, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Portal do MEC, Brasília, DF, 2004.

BRASIL, Senado Federal. Constituição da república federativa do Brasil. **Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico**, 1988.

BRAZ, Laura Gonzales; ABREU, Caroline Teixeira de. A Contribuição da APAE na Educação Inclusiva da Pessoa com Deficiência. Franca: [s.n.], 2022.

BLOCK, Martin E.; OBRUSNIKOVA, Iva. Inclusion in physical education: A review of the literature from 1995-2005. **Adapted physical activity quarterly**. Champaign: v. 24, n. 2, p. 103-124, 2007.

CAIADO, Kátia Regina Moreno. Convenção Internacional sobre os direitos das pessoas com deficiências: destaques para o debate sobre a educação. **Revista Educação Especial**. Santa Maria: v. 22, n. 35, p. 329-338, 2009.

CARMO, A. A. Deficiência física: o estado brasileiro cria, recupera e discrimina. **Brasília: Secretaria do Desporto/PR**, 1994.

CARVALHO, Rosita Edler. Integração e inclusão: do que estamos falando. **Salto para o Futuro: Tendências Atuais. Secretaria de Educação. Brasília: Ministério da Educação, SEED**, 1999.

CASTRO, Shamyry Sulyvan de et al. Deficiência visual, auditiva e física: prevalência e fatores associados em estudo de base populacional. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro: v. 24, p. 1773-1782, 2008.

CARVALHO, Camila Lopes et al. Inclusão na Educação Física escolar: estudo da tríade acessibilidade-conteúdos-attitudes. **Motrivivência**. Santa Catarina: v. 29, p. 144-161, 2017.

CIDADE, Ruth Eugênia Amarante; DE FREITAS, Patricia Silvestre. **Introdução à educação física e ao esporte para pessoas portadoras de deficiência**. Curitiba: UFPR, 2002.

CORRÊA, P. M.; MANZINI, E. J. Protocolo para avaliação de acessibilidade física em escolas da Educação Infantil. **SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL: PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL**:

MULTIPLICIDADE DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO. Marília: v. 6, p. 1-15, 2011.

COSTA, Camila de Moura; MUNSTER, Mey de Abreu van. Adaptações curriculares nas aulas de educação física envolvendo estudantes com deficiência visual. **Revista Brasileira de Educação Especial.** Rio Grande: v. 23, p. 361-376, 2017.

COSTA, Maria Teresa Gomes; CARVALHO, Luisa Cagica. A educação para o empreendedorismo como facilitador da inclusão social: um caso no ensino superior. **Revista Lusófona de Educação.** Lisboa: v. 19, n. 19, 2011.

CUNHA, ACP da; SILVA, APS da. Estudo bibliográfico sobre a inclusão do aluno com distrofia muscular de Duchenne nas aulas de educação física. In: **Anais do XVIII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE)/V Congresso Internacional de Ciências do Esporte (CONICE): Identidade da educação física e ciências do esporte em tempos de megaeventos.** Brasília. 2013.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Índios na constituição. **Novos estudos CEBRAP.** São Paulo: v. 37, n. 3, p. 429-443, 2018.

DAOLIO, Jocimar. Educação física escolar: em busca da pluralidade. **Revista Paulista de Educação Física.** São Paulo: p. 40-42, 1996.

Dallari D. Direitos Humanos e Cidadania. São Paulo: Moderna; 1998.

DUARTE, C. R. S.; COHEN, R. O ensino da arquitetura inclusiva como ferramenta para melhoria da qualidade de vida para todos. In: LARA, F.; MARQUES, S. (Org.). *Projetar: desafios e conquistas da pesquisa e do ensino de projeto.* Rio de Janeiro: Virtual Científica, p. 159-173, 2003.

BRASIL, Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. **Brasília: MEC/SEMTEC,** 1996.

FIORINI, Maria Luiza Salzani; MANZINI, Eduardo José. Inclusão de alunos com deficiência na aula de educação física: identificando dificuldades, ações e conteúdos para prover a formação do professor. **Revista Brasileira de Educação Especial.** São Paulo: v. 20, n. 03, p. 387-404, 2014.

FIORINI, Maria Luiza Salzani; MANZINI, Eduardo José. Strategies of Physical Education teachers to promote the participation of students with hearing impairment in classrooms. **Revista Brasileira de Educação Especial.** São Paulo: v. 24, p. 183-198, 2018.

GARCIA, Regina Leite et al. O corpo que fala dentro e fora da escola. **Rio de Janeiro: DP&A,** p. 89-109, 2002.

GAROZZI, Gabriel Vighini et al. Educação Física escolar e inclusão: o que dizem os estudos. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento.** Brasília: v. 29, n. 3, 2021.

GINIS, Kathleen A. Martin et al. Participation of people living with disabilities in physical activity: a global perspective. **The Lancet.** Europa: v. 398, n. 10298, p. 443-455, 2021.

GOODWIN, Donna L.; WATKINSON, E. Jane. Inclusive physical education from the perspective of students with physical disabilities. **Adapted physical activity quarterly**. Champaign: v. 17, n. 2, p. 144-160, 2000.

GUERREIRO, Elaine Maria Bessa Rebello. A acessibilidade e a educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência. **Revista Educação Especial**. Santa Maria: v. 25, n. 43, p. 217-232, 2012.

HUTZLER, Yeshayahu et al. Perspectives of children with physical disabilities on inclusion and empowerment: Supporting and limiting factors. **Adapted physical activity quarterly**. Champaign: v. 19, n. 3, p. 300-317, 2002.

JAMES, Alisa R.; KELLMAN, MacKenzie; LIEBERMAN, Lauren. Perspectives on inclusion from students with disabilities and responsive strategies for teachers. **Journal of Physical Education, Recreation & Dance**. Junção de Annapolis: v. 82, n. 1, p. 33-54, 2011.

JUNIOR, Luiz Seabra. **Educação física e inclusão educacional: entender para atender= Physical education and educational inclusion: understanding to attend**. Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2012. Tese de Doutorado. [sn].

LARA, Fabiane Matos; PINTO, Celeida Belchior Garcia Cintra. A importância da educação física como forma inclusiva numa perspectiva docente. **Universitas: Ciências da Saúde**. Brasília: v. 15, n. 1, p. 67-74, 2017.

LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro; BRAY, Cristiane Toller; ROSSATO, Solange Pereira Marques. Inclusão escolar: um estudo acerca da implantação da proposta em escolas de ensino básico. **Revista Brasileira de Educação Especial**. São Paulo: v. 15, p. 289-306, 2009.

LI, Ru et al. Children with physical disabilities at school and home: Physical activity and contextual characteristics. **International journal of environmental research and public health**. Basileia: v. 14, n. 7, p. 687, 2017.

LIEBERMAN, Lauren J.; COWART, Jim F. Games for people with sensory impairments: Strategies for including individuals of all ages. [s.l.]. **(No Title)**, 1996.

LIEBERMAN, Lauren J.; HOUSTON-WILSON, Cathy. **Strategies for inclusion: A handbook for physical educators**. [s.l.]. Human Kinetics, 2009.

LIEBERMAN, Lauren J.; HOUSTON-WILSON, Cathy; KOZUB, Francis M. Perceived barriers to including students with visual impairments in general physical education. **Adapted physical activity quarterly**. Champaign: v. 19, n. 3, p. 364-377, 2002.

MARIA, Ivanilda; BASTOS, Silva; PEREIRA, Sonia Regina. A Contribuição de Vygotsky e Wallon na compreensão do desenvolvimento infantil Vygotsky's and Wallon's Contribution to the understanding of childhood development. **Revista Linhas**. Santa Catarina: v. 4, n. 1, 2007.

MARQUES, Adilson et al. Exploring psychosocial correlates of physical activity among children and adolescents with spina bifida. **Disability and health journal**. New York : v. 8, n. 1, p. 123-129, 2015.

CASTRO, Eliane Mauerberg; FIGUEIREDO, Gabriella Andreetta; CAMPBELL, Debra Frances. The reality of inclusion in physical education in the Brazilian school system: facts, theories and practice. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**. São Paulo: v. 34, n. Esp., p. 11-28, 2020.

MAUERBERG-DECASTRO, Eliane et al. Attitudes about inclusion by educators and physical educators: Effects of participation in an inclusive adapted physical education program. **Motriz: Revista de Educação Física**. Rio Claro: v. 19, p. 649-661, 2013.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & contexto-enfermagem**. Santa Catarina: v. 17, p. 758-764, 2008.

MUNSTER, Mey de Abreu Van. Educação física especial e adaptada. **Batatais: Ação Educacional Claretiana**. [s.i]. 2011.

NACIF, Marcella Fernandes Paticcié et al. Educação física escolar: percepções do aluno com deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**. São Paulo: v. 22, p. 111-124, 2016.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; POKER, Rosimar Bortolini. Educação inclusiva e municipalização: a experiência em educação especial de Paraguaçu Paulista. **Revista Brasileira de Educação Especial**. São Paulo: v. 8, n. 02, p. 233-244, 2002.

PLACE, Kimberly; HODGE, Samuel R. Social inclusion of students with physical disabilities in general physical education: A behavioral analysis. **Adapted physical activity quarterly**. Champaign: v. 18, n. 4, p. 389-404, 2001.

PRESTES, Daniela Bosquerolli et al. Comportamento motor da criança com deficiência múltipla nos contextos vivenciais: um estudo de caso. Santa Catarina: 2013.

QI, Jing; HA, Amy S. Inclusion in physical education: A review of literature. **International journal of disability, development and education**. Austrália: v. 59, n. 3, p. 257-281, 2012.

RODRIGUES, David. A Inclusão na Universidade: limites e possibilidades da construção de uma Universidade Inclusiva. **Revista Educação Especial**. Santa Maria: p. 09-15, 2004.

SANTOS, Admilson. O cego, o espaço, o corpo e o movimento: uma questão de orientação e mobilidade. **Benjamin Constant**. [s.i]. n. 11, 1999.

SCHULTZ, Jessica L. et al. Ensuring the success of deaf students in inclusive physical education. **Journal of Physical Education, Recreation & Dance**. Baltimore: v. 84, n. 5, p. 51-56, 2013.

SEBASTIAN HEREDERO, Eladio. A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares. **Acta Scientiarum. Education**. Maringá: p. 193-208, 2010.

SILVA, Kelly Samara et al. Educação física escolar: guia de atividade física para a população brasileira. **Revista brasileira de atividade física & saúde**. Santa Catarina: v. 26, p. 1-18, 2021.

SILVA, Joale Jefferson; SOUTO, Elaine Cappellazzo. A pessoa com deficiência visual: considerações sobre a sua participação nas aulas de educação física. **Revista Educação Especial**. Santa Maria: v. 28, n. 51, p. 179-190, 2015.

SILVA, Otto Marques. **A epopéia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje**. São Paulo: Centro São Camilo de Desenvolvimento em Administração da Saúde, 1987.

SILVA, Rita de Fátima; JÚNIOR, Luiz Seabra; DE ARAÚJO, Paulo Ferreira. **Educação física adaptada no Brasil: da história à inclusão educacional**. São Paulo: Phorte Editora, 2008.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. História geral da medicina brasileira: volume primeiro. In: **História geral da medicina brasileira: volume primeiro**. São Paulo: p. 436-436, 1977.

SALAMANCA, Declaração. Princípios, políticas e prática em educação especial. **Espanha:[Sn]**, 1994.

SOUSA, Andréia Cristina Cardoso. Inclusão social e educativa: desafios e perspectivas contemporâneas. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**. Brasília: v. 5, n. 1, p. 159-164, 2018.

SOUTHEY, Robert. Historia do Brazil (Volume 4). Rio de Janeiro: 1862.

SPENCER-CAVALIERE, Nancy; WATKINSON, E. Jane. Inclusion understood from the perspectives of children with disability. **Adapted physical activity quarterly**. Champaign: v. 27, n. 4, p. 275-293, 2010.

PAIVA VITAL, Flavia Maria. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada. **OAB Nacional**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008.

WINNICK, Joseph P. Educação física e esportes adaptados. In: **Educação física e esportes adaptados**. [s.l.]. p. 552-552, 2004.

WOLSKI, Bianca; VARGAS, Pauline Peixoto Iglesias; LOPES, Paula Born. O processo de inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física sob a perspectiva de professores do Município de Araucária/PR. **Revista Educação Especial**, v. 34, p. 1-28, 2021.

ZAVAREZE, Taís Evangelho. A construção histórico cultural da deficiência e as dificuldades atuais na promoção da inclusão. **Revista Psicologia Eletrônica**. Portugal: v. 1, n. 1, p. 1-5, 2009.